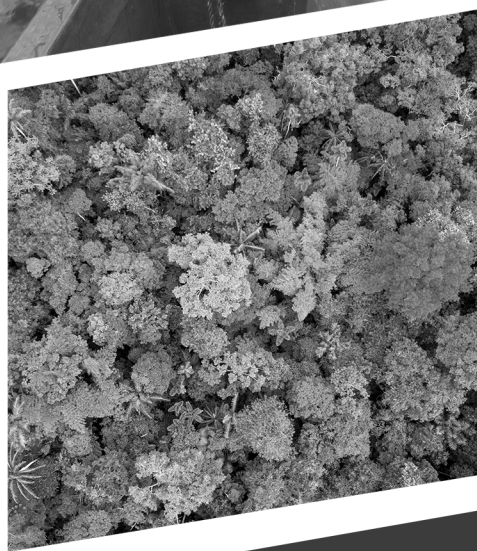




Biodiversidade Brasileira: Aspectos do Estado Atual 2

**Magnólia de Araújo Campos
Daniele Jovem-Azevêdo
(Organizadoras)**



Biodiversidade Brasileira: Aspectos do Estado Atual 2

**Magnólia de Araújo Campos
Daniele Jovem-Azevêdo
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B615	<p>Biodiversidade brasileira [recurso eletrônico] : aspectos do estado atual 2 / Organizadoras Magnólia de Araújo Campos, Daniele Jovem-Azevêdo. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Biodiversidade Brasileira. Aspectos do Estado Atual; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-862-5 DOI 10.22533/at.ed.625192612</p> <p>1. Biodiversidade – Conservação – Brasil. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Meio ambiente – Preservação. I. Campos, Magnólia de Araújo. II. Jovem-Azevêdo, Daniele. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 363.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O conceito de biodiversidade está intimamente associado com a variedade genética capaz de diferenciar os indivíduos e suas respectivas populações. Portanto, a diversidade biológica é resultado do longo processo da história evolutiva, que permite a seleção do conjunto de espécies em um dado local. E, esse conjunto de espécies que compõe os ecossistemas fornece serviços fundamentais a existência da humanidade.

No entanto, a extensa exploração antrópica promove diversas alterações na dinâmica dos ecossistemas, o que culmina, em muitos casos, na perda da biodiversidade local e conseqüentemente dos serviços ecossistêmicos. Isso nos impõe um grande desafio na atualidade: frear as pressões que oferecem riscos à biodiversidade global. Para tanto, conhecer essa biodiversidade presente em diferentes escalas (local, regional, global) pode representar o primeiro passo para proposição de medidas que visam a conservação, isto porque, esse mesmo conhecimento possibilita a construção de mapas de distribuição das espécies ao longo de gradientes ambientais, bem como a identificação daquelas que estão sob risco de extinção.

Atualmente, há 34 áreas no mundo classificadas como *Biodiversity Hotspots*, correspondendo a áreas ricas em espécies endêmicas (aquelas que só ocorrem ali). Particularmente, o Brasil apresenta dois ecossistemas que incluem *Hotspots* (Floresta Atlântica e Cerrado) e ainda estima-se que nosso país possua cerca de 20% de toda a biodiversidade mundial, dados que nos colocam diante de uma problemática: temos estratégias potenciais para caracterização, conservação e manejo sustentável dessa biodiversidade?

A obra “**Biodiversidade Brasileira: Aspectos do Estado Atual 2**” foi elaborada a partir da coletânea de trabalhos científicos, desenvolvidos por pesquisadores de diferentes instituições, e vislumbra contribuir para o aprofundamento do conhecimento acerca da biodiversidade brasileira sob diferentes aspectos. O *e-Book* contempla 6 capítulos, entre os quais encontramos discussões acerca da ocorrência e dinâmica de espécies em ecossistemas diversificados, como: marinhos, amazônicos e de cerrado. Além desses, um dos trabalhos aborda o emprego de ferramentas digitais na educação ambiental, com enfoque na conservação da biodiversidade.

Desta forma, o presente volume é dedicado a discussão da biodiversidade brasileira e representa uma ferramenta de ampliação do conhecimento, sendo voltada a todos aqueles que tenham interesse em conhecer mais sobre a temática, sejam em instituições públicas ou privadas, pesquisadores ou acadêmicos de todos os níveis (graduação e pós-graduação).

Desejamos que aqueles que buscam conhecer mais das riquezas biológicas de nosso país, encontrem nessa obra uma alternativa de conhecimento.

Magnólia de Araújo Campos
Daniele Jovem-Azevêdo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS DO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA E COMUNIDADES DO ENTORNO	
Eryka da Silva Ferreira Jeisiane de Sousa Galvão Nara Natiere Rocha Fernando Vitória de Oliveira Barros Marco José Mendonça de Souza Eliana da Silva Coêlho Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.6251926121	
CAPÍTULO 2	12
AS MÍDIAS SOCIAIS AUDIOVISUAIS COMO FERRAMENTAS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE NA BIODIVERSIDADE	
Bianca Rossi Duque Wilson Soares de Magalhães Sávio Freire Bruno	
DOI 10.22533/at.ed.6251926122	
CAPÍTULO 3	19
DINÂMICA DA <i>COPAIFERA LANGSDORFFII</i> EM DOIS FRAGMENTOS DE CERRADÃO EM MINAS GERAIS	
Luciane Naimeke Schmidt Anny Francielly Ataíde Gonçalves Ximena Mendes de Oliveira Lorena Oliveira Barbosa Alexandre Molino Fogli Mateus Niroh Inoue Sanquetta Thiza Falqueto Altoé Kalill José Viana da Páscoa José Roberto Soares Scolforo	
DOI 10.22533/at.ed.6251926123	
CAPÍTULO 4	32
LEVANTAMENTO E ANÁLISE ENTOMOFAUNÍSTICA EM UM FRAGMENTO DE FLORESTA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PA, BRASIL	
Sandi dos Santos Ferreira Natalia Ferreira Rodrigues Victor Nonato Rodrigues Farias José Francisco da Silva Costa Paulo Alexandre Panarra Ferreira Gomes das Neves Lanalice Rodrigues Ferreira Klebson Daniel Sodrê do Rosário Ivanete Cardoso Palheta	
DOI 10.22533/at.ed.6251926124	

CAPÍTULO 5	43
OCORRÊNCIA DE ESPÉCIES EXÓTICAS MARINHAS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA – PR	
Kelly Cottens	
Cassiana Metri	
Rafael Metri	
Pablo Damian	
DOI 10.22533/at.ed.6251926125	
CAPÍTULO 6	52
REMANESCENTES DE CERRADO NO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS – PR	
Lia Maris Orth Ritter Antiquera	
Rosemeri Segecin Moro	
DOI 10.22533/at.ed.6251926126	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	59
ÍNDICE REMISSIVO	60

ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES RECREATIVAS DO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA E COMUNIDADES DO ENTORNO

Eryka da Silva Ferreira
Jeisiane de Sousa Galvão
Nara Natiere Rocha Fernando
Vitória de Oliveira Barros
Marco José Mendonça de Souza
Eliana da Silva Coêlho Mendonça

RESUMO: As oportunidades de recreação são formadas por elementos de suma importância, como, visitantes que buscam atividades recreativas, em ambientes específicos para terem experiências únicas que geram diversos benefícios. Este trabalho possui como objetivo principal analisar o rol de oportunidades recreativas existentes no Parque Nacional da Amazônia e comunidades do entorno. Este estudo tem como característica uma pesquisa de campo, descritiva e exploratória, com o intuito de fazer a análise, o registro e a interpretação do Parque Nacional da Amazônia e seu entorno quanto às oportunidades de lazer existentes e possíveis. Na coleta de dados, foi possível identificar sete atividades de lazer que já são praticadas e dez com possibilidades de serem praticadas no Parque Nacional da Amazônia e seu entorno. Por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, possui restrições em relação a algumas atividades, como por exemplo, a pesca esportiva que só pode ser realizada nas comunidades do

entorno. Observa-se que os Parques oferecem um conjunto de possibilidades de recreação e de educação, necessitando de algumas intervenções como, por exemplo, uma empresa para atuar diretamente no fornecimento de sua estrutura. Através dessa intervenção os atrativos turísticos do município teriam a possibilidade de receber um número maior de visitantes e com isso, gerar uma renda maior, contribuindo com a economia da cidade e ajudando a custear a manutenção da própria Unidade Conservação. **PALAVRAS-CHAVE:** Unidade de Conservação, visitação pública, lazer, recreação.

ABSTRACT: Recreational opportunities are made up of all-important elements, such as visitors seeking recreational activities in specific environments to have unique experiences that yield many benefits. The main objective of this paper is to analyze the list of recreational opportunities in the Amazon National Park and surrounding communities. This study is characterized by a descriptive and exploratory field research, with the purpose of analyzing, recording and interpreting the Amazon National Park and its surroundings regarding existing and possible leisure opportunities. In the data collection, it was possible to identify seven leisure activities that are already practiced and ten with possibilities to be practiced in the Amazon National Park and its surroundings. As

it is an Integral Protection Conservation Unit, it has restrictions in relation to some activities, such as sport fishing that can only be done in the surrounding communities. It is observed that the Parks offer a set of possibilities for recreation and education, requiring some interventions, such as a company to act directly in providing its structure. Through this intervention the tourist attractions of the municipality would be able to receive a greater number of visitors and thus generate a higher income, contributing to the city's economy and helping to fund the maintenance of the Conservation Unit itself.

KEYWORDS: Conservation Unit, public visitation, leisure, recreation.

INTRODUÇÃO

O Brasil é uma nação continental que contém diversos ecossistemas e mega biodiversidade. A beleza natural é tão inerente que o país é considerado o destino turístico mais competitivo do mundo na categoria de recursos naturais. Apesar das mais belas paisagens naturais estarem localizadas dentro das unidades de conservação (UC), o país recebe um número relativamente pequeno de turistas nessas áreas. Em 2015, as UC do Brasil receberam 8 milhões de visitantes nacionais e internacionais em uma área total de 79 milhões de hectares. Este território é mais do dobro da área administrada pelo Sistema de Parques Nacionais da América do Norte, que recebeu cerca de 300 milhões de visitantes no mesmo ano. Para manter o crescimento da visitação, o Brasil precisa entender melhor a dinâmica da indústria do turismo no contexto das UC. (SOUZA, 2017).

A Amazônia é onde abriga a maior parte dessa variedade de ecossistema e gigantesca biodiversidade, porém, recebe o menor número de visitação com reação a todos os atrativos turísticos em áreas protegidas do Brasil, sendo que desde os anos 70, alguns países no mundo incentivam esses tipos de atividades, incluindo os países da América Latina. (IBAMA, 2002).

De acordo com as perspectivas de Athayde (2013), historicamente, o lazer ocupa papel coadjuvante no conjunto dos direitos sociais. Se solicitássemos às pessoas que, aleatoriamente, citassem quais são os direitos sociais, provavelmente, a maior parcela dos entrevistados não mencionaria o lazer, denotando que uma grande parcela da sociedade não o reconhece como direito. Analisar os diferentes tipos de oportunidades recreativas existentes no Parque Nacional da Amazônia e comunidades do entorno, é uma forma de alavancar o incentivo da prática de turismo e ecoturismo no município de Itaituba.

No século passado o naturalismo era uma forma de proteger a natureza do homem, no qual os parques e essas áreas protegidas serviriam para admirá-la e reverenciá-la. “Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono” (DIEGUES, 2000).

De acordo com a autora Vitorina (2015), uma vez que os parques são espaços

acessíveis para a atividade física, descobrir como conseguir mais pessoas para usá-los é um objetivo importante e se encaixa bem com abordagens ambientais para a promoção da saúde.

É necessário entender que a prática de atividades recreativas em UCs, deve estar atrelada e indissociável a missão de uma área protegida, que é de proteger e manter os recursos naturais que são os atrativos para o visitante e dos quais todos dependemos, além de prover uma diversidade de experiências de qualidade ao público, promovendo a conscientização da população na proteção dessas áreas.

Vitorina (2015) afirma que ainda que o uso público em áreas protegidas seja bem restrito, a procura por lazer e recreação em Parques tem aumentado. Quanto ao aumento de áreas verdes e de lazer, muito ainda deve ser feito para se conhecer o usuário, da mesma forma, pouco se sabe sobre a forma de utilização dessas áreas e sobre os fatores que podem impedir ou facilitar o uso dos parques de maneira ativa.

A Organização Mundial do Turismo entende que o turismo sustentável, e seguro, devem atentar para todos os aspectos da diversidade cultural e institucional, privilegiando aspectos físicos e ambientais capazes de influenciar diretamente nas condições de saúde, qualidade de vida e segurança das pessoas e comunidades (OMT, 1994).

A necessidade de se trazer a dimensão ambiental para a dinâmica do desenvolvimento da atividade turística nasceu nesse cenário. De acordo com a International Union for Conservation of Nature (IUCN), a criação de Unidades de Conservação é medida que melhor exemplifica a tentativa de preservar os recursos naturais e a vida dos diversos ecossistemas em áreas protegidas, e seus princípios devem ir além das questões ecológicas, já que compreendem também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações locais, além da satisfação dos visitantes do destino (WANDERLEY-FILHA, AZEVEDO, NÓBREGA e ALBUQUERQUE, 2013).

A demanda turística volta-se, cada vez mais, para as áreas protegidas do país, buscando oportunidades para a prática do ecoturismo. Algumas unidades dispõem-se de atividades recreativas como, por exemplo, de campismo, caminhadas, banhos, piqueniques, contemplação de belezas cênicas, sempre integradas à natureza. Com isso a atividade ecoturística proporciona oportunidades da utilização das atividades recreativas como incentivo à interpretação e à educação ambiental (ROCKTAESCHEL, 2006).

Melhorar o meio ambiente através da Educação Ambiental em áreas de conservação significa conscientizar as pessoas de sua importância na melhora da qualidade de vida, na manutenção da biodiversidade e no fato significativo de que o meio ambiente preservado vale mais que a exploração de seus recursos finitos. O ecoturismo pode ser considerado uma das alternativas para conter a degradação ambiental, surgindo à sensibilização dos visitantes e da comunidade local para uma nova consciência. (ROCKTAESCHEL, 2006).

A natureza é o principal foco do ecoturismo, sendo a preservação e a sensibilização do visitante e visitado, imprescindível para que essa atividade tenha uma melhor organização desenvolvendo-se com menos agressão e impacto do meio.

Segundo a autora Doris Ruschmann, na metade dos anos 80, o turismo de natureza ou o turismo ecológico começa a dar início em outras localidades, devido aos locais habituais já serem bombardeados com o turismo de massa, o ecoturismo começa a “tornando-se pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação e o espírito de aventura e, dessa forma, dão origem a um novo mercado” (RUSCHMANN, 1997).

Na atualidade, o ecoturismo passa a ser considerado um aliado na proteção das reservas e parques, em busca de garantir a qualidade do turismo nas áreas livres e também da população que ali residem.

“(...) o turismo praticado de forma a promover a qualidade de vida das populações residentes no local de destino, respeitar a biodiversidade da comunidade receptora, por meio da conservação da herança histórica cultural das populações locais, e conservar os recursos naturais e paisagísticos do local. (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 23).

ROS/ROVAP afirma que as oportunidades de recreação são derivadas de atividades em diferentes ambientes. Esses ambientes possuem três atributos diferentes: físico, social e gerencial. Das combinações de atributos, os visitantes têm experiências diferentes, que se transformam em benefícios para indivíduos, comunidades, economias e meio ambiente. (US FOREST SERVICE et al, s/d).

Lee, Huang e Yeh (2010) destacaram que o principal objetivo dos visitantes é sempre apreciar as atrações naturais e culturais. No entanto, Puustinen, Neuvonen e Sievänen observaram que as UC que oferecem melhores serviços de recreação relacionados às atividades turísticas atraem mais visitantes.

Stigliano (2004) diz que se insere, neste cenário, a busca por atividades de lazer em áreas naturais, fato que vem reforçando ainda mais a necessidade de uma reflexão global com relação às crescentes pressões sobre o ambiente e, especificamente, sobre a integridade de Parques e outras categorias de UCs. Como resultado, a possibilidade de atingir um equilíbrio aceitável entre a conservação do ambiente natural e o lazer vem se tornando um tema presente na literatura acadêmica, principalmente internacional, e um campo de atuação prática.

Os parques como estabelecidos no Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) têm como objetivo e foco a visitação pública com fins recreativos, educacionais sendo direcionados ao turismo ecológico, sujeitos às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade e fixadas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

O plano de manejo, segundo o artigo 2º, item XVII, da lei do SNUC, é:

(...) documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo de seus recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias á gestão da unidade (ROCKTAESCHEL, 2006, p.59).

O plano de manejo é considerado um instrumento do planejamento que possibilita analisar os impactos positivos e negativos gerados pelas atividades e também a turística, propondo condições de proteção e conservação da natureza e o aproveitamento da comunidade que busca o lazer.

METODOLOGIA

1.1 Tipo de Estudo

Este estudo tem como característica uma pesquisa de campo, descritiva e exploratória, com o intuito de fazer a análise, o registro e a interpretação do Parque Nacional da Amazônia e seu entorno quanto às oportunidades de lazer existentes e possíveis. A priori foi realizado um levantamento de pesquisa bibliográfica com o objetivo de reunir as informações e dados que serviram de base para a construção do projeto e a realização da pesquisa de campo, realizando a observação do ambiente e coletando dados com o órgão gestor da Unidade de Conservação.

1.2 Amostra

A amostra foi realizada no Parque Nacional da Amazônia que se trata de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada no oeste do Pará, às margens do rio Tapajós, fica a 42 km do Município de Itaituba-PA com 1.070.736 hectares. O parque é responsável pela proteção de inúmeras nascentes, possui uma vasta floresta de mata tropical mista e matas aluviais, igapós, numerosas formações geológicas de distintas idades, espécies raras de árvores terrestres e semiterrestres, além de várias espécies de animais. A gestão do Parque hoje fica sobre a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, que mantém campanhas de conscientização com a população do entorno para a valorização do patrimônio natural. Além das comunidades do entorno do Parque: Vila Rayol, Vila Braga e São Luiz do Tapajós.

1.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: Questionário com 10 perguntas sobre atividades que já foram desenvolvidas no Parque Nacional da Amazônia e seu entorno, para os Analistas Ambientais do setor de Uso Público do ICMBio - Unidade Itaituba.

1.4 Coleta de Dados

Os procedimentos para a realização da coleta de dados deste estudo teve seu início após a devida autorização do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio, depois disso a coleta foi realizada em três etapas:

1ª Etapa: Coleta de dados fotográficos e informações sobre Parque Nacional da Amazônia e seu entorno;




2ª Etapa: Elaboração de um questionário para descobrir as oportunidades de atividades de lazer e recreação no Parque e seu entorno;




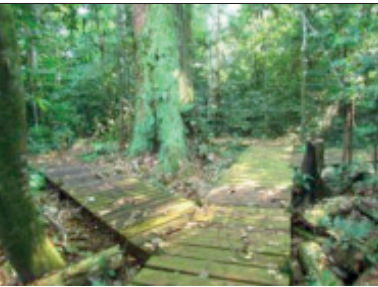

3ª Etapa: Aplicação do questionário;

4ª Etapa: Elaboração de uma cartilha de Ecoturismo sobre Parque e seu entorno. O Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (BRASIL, 2010)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao entrevistar o órgão que faz a gestão do Parque Nacional da Amazônia, a primeira pergunta foi acerca do Mapeamento realizado por eles quanto ao mapeamento dos atrativos naturais e culturais do parque e comunidades do entorno. Do qual, estes foram os resultados:

ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS	
Cavernas	
Corredeiras	
Rios	

<p>Sítios Arqueológicos</p>	
<p>Praia</p>	
<p>Fauna</p>	
<p>Flora</p>	
<p>Campinarana</p>	



Quadro 1: Mapeamento dos Atrativos Naturais e Culturais do Parque Nacional da Amazônia e Comunidades do Entorno:

Fonte: Ferreira et al, 2017.

Após o estudo bibliográfico e com informações obtidas na entrevista foi possível analisar as oportunidades recreativas existentes no Parque Nacional da Amazônia e seu entorno. Com isso identificou-se a grande variedade de atrativos naturais e culturais como mostra o quadro acima.

Ruschmann (2006) comenta que a avaliação de atrativos turísticos é um importante instrumento de planejamento para indicar o potencial turístico de uma localidade, servindo como subsídio importante para a tomada de decisão política no que tange a projetos e à quantidade/ qualidade dos equipamentos e da infraestrutura

turística a eles associada.

Atividades de Lazer Praticadas	
Caminhada/Corrida/Trilha	
Contemplação da Flora	
Contemplação da Fauna (Principalmente observação de Pássaros)	
Banho no Rio	
Camping	

<p>Passeios de barco</p>	
<p>Pesca</p>	

Quadro 2: Atividades de Lazer praticadas atualmente no PARNA

Amazônia e Comunidades do Entorno:

Fonte: Ferreira et al, 2017

De acordo com o quadro 2 é possível identificar uma variedade de atividades de lazer que já são realizadas no Parque Nacional da Amazônia e seu entorno.

Por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque tem restrições em relação a algumas atividades, como por exemplo, a pesca esportiva que só pode ser realizada nas comunidades do entorno.

O ecoturismo pode ser definido como um turismo interpretativo, de baixo impacto, discreto, onde se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente (WEARING e NEIL, 2001).

Atividades de Lazer que podem ser praticadas
<p>Trekking</p>
<p>Jungle Marathon</p>
<p>Arvorismo</p>
<p>Stand Up Padle</p>
<p>Tirolesa</p>
<p>Rapel</p>

Skibunda
Bóia Cross
Canoagem
Rafting

Quadro 3: Possíveis Atividades de Lazer a serem realizadas no PARNA Amazônia e nas Comunidades do Entorno:

Fonte: Ferreira et al, 2017

Para Ignarra (2003), o planejamento da atividade turística se mostra, portanto, como um poderoso instrumento de fomento ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. O aumento espontâneo ou planejado dos fluxos turísticos pode alavancar as economias em âmbito local e/ou regional por meio das demandas turísticas - hospedagem, alimentação, lazer.

Diante da afirmação de Ignarra percebe-se que algumas atividades podem causar um grande impacto ambiental. Através disso foram analisadas atividades que causassem o menor impacto possível, apresentadas no quadro 3, mas que necessitam de análises mais específicas.

Impactos para Conservação e Desdobramentos

A oficina “Deslocamento e comunidades da floresta”, realizada no Fórum Social Mundial (2004), explica que o mundo está profundamente preocupado com o desmatamento, em particular, nos trópicos. Todavia, a destruição da floresta está diretamente ligada a um modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos recursos contidos nas áreas florestais: madeira, minerais, petróleo, hidroenergia, solos para plantações florestais e demais monoculturas lucrativas. O resultado final não é o desenvolvimento, mas o desmatamento e a degradação das florestas, o que leva à perda de meios de sustento e ao empobrecimento e deslocamento das comunidades que dependem das florestas.

O Parque Nacional da Amazônia é um exemplo disto, apesar de se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Isso ocorre por não haver um monitoramento eficiente devido à extensão do mesmo e pela falta de recursos financeiros para a sua manutenção e até mesmo pela falta de incentivo das autoridades quanto à preservação ambiental.

No mundo todo a experiência mostra que a melhor maneira de garantir a conservação da biodiversidade é através da inclusão da conservação nos sistemas de produção. A experiência também revela que a melhor forma de proteger as florestas é através do empoderamento das comunidades realmente interessadas na conservação das florestas: as comunidades que as habitam. Elas são de fato os custódios tradicionais,

e o reconhecimento disso é o ponto de partida para a conservação das florestas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

IGNARRA, L.R. Fundamentos do turismo. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

Oficina organizada pelo National Forum of Forest People and Forest Workers, o Fórum de Deli e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Painelistas: Ricardo Carrere, WRM; Usha Romanthan, advogado, pesquisador e ativista; Milton Fornazieri, Secretaria Internacional/MST; Ashish Kothari, Environmental Action Group; Anil Garg, ativista; Smithu Kothari, Lokayan.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento Sustentável**: A proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Pappirus, 1997.(Coleção Turismo).

SOUZA, Thiago do Val Simardi Beraldo. **Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileira**. PAPP, 2017.

WEARING, S., NEIL, J. **Ecoturismo**: Impactos, Potencialidades e Possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 30, 32, 33, 40

APA 43, 44, 46, 47

B

Biodiversidade 2, 3, 5, 6, 10, 12, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 34, 40, 42, 43, 44, 49, 50, 52, 57, 58, 59

C

Conservação Ambiental 12

Copaíba 20, 21, 30, 31

D

Diversidade 3, 20, 29, 31, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 53

Divulgação Científica 12, 13, 14, 17, 18

E

Ecótono 52, 53

Entomofauna 32, 33, 35, 40

Espécies bentônicas 43, 46

Espécies planctônicas 43, 46

Estação ecológica 28, 30, 43

F

Fitossociologia 20, 30

L

Lazer 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10

M

Manejo de floresta nativa 20

P

Plenckia populnea 52, 55, 56, 57

PNCG 52, 53, 56, 57

Produção audiovisual 12

R

Recreação 1, 3, 4

Reissek 52, 54, 55, 57

U

Unidade de Conservação 1, 4, 5, 9, 10, 53, 58

V

Visitação pública 1, 4

 **Atena**
Editora

2 0 2 0